

## Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas  
E-mail: robertog@npd.ufes.br

/// A eleição é ganha com o social, mas o governo é tocado com obras viárias. Até quando persistirá esse desencontro no Espírito Santo?

### Para que(m) R\$ 3,5 bi?

Acentua-se no Espírito Santo a dissociação entre as necessidades de políticas públicas para a sociedade e o “samba de uma nota só”, a infraestrutura, do governo e da bancada junto à União, sem falar do investimento estadual prioritário. Essa dissociação ficou clara, mais uma vez, na semana passada. Relembremos os fatos.

Na gritante insegurança, a população, sem policiamento adequado e sofrendo frequentes assaltos, partiu para o bárbaro confronto com criminosos. Resultado da ausência do Estado: feridos e mortos. Na “radiografia” dos Conselhos de Medicina em 43 municípios do país com menores IDH, entre eles Água Doce, Pancas e Pedro Canário, o Espírito Santo, nos serviços de saúde, ficou com a média doente de 2,07: último lugar entre 13 estados.

Ao mesmo tempo, em Brasília, sob o verbo “amenizar” perdas com a redução do Fundap, e não mais “compensar”, prosseguia a negociação com o Ministério da Fazenda. A “lista” estadual está direcionada apenas à economia e às obras associadas.

No item “Empréstimo especial de R\$ 3 bilhões” (mais R\$ 500 milhões) consta

que “o dinheiro é para obras de infraestrutura”; não falta a renitente “agenda velha” de logística em transportes. O social só é usado por ocasião do discurso em defesa do Fundap – e também dos royalties.

Um projeto de desenvolvimento não se cinge à economia. Também deve ir além de rodovias, ferrovias e portos. Envolve outros caminhos atuais. Na “lista” não aparecem educação, saúde ou segurança. Estão fora da escola 36.527 jovens de 15 a 17 anos. Nada pelo social! Muito menos o ambiente, cultura, ciência e tecnologia. Nada pelo conhecimento! Com 0,5% dos R\$ 3,5 bilhões, o investimento anual real em segurança seria triplicado; 0,1% revolucionaria a cultura. Mas, qual é a prática?

Sobressai o contraste entre os desafios do desenvolvimento sustentável, e na negociação federal, a fixação política estadual tão somente na infraestrutura. Se não bastasse, ainda na semana passada, o governo Casagrande anunciou mais de R\$ 660 milhões no “Programa de Ampliação e Reabilitação da Rede Rodoviária do Espírito Santo – PAR”. Abrange “aproximadamente mil quilômetros de novas vias”. Reafirma-se, assim, a prioridade rodoviária executada no governo Paulo Hartung.

Parafraseando o ex-governador Espereidião Amin, quando relaciona política e gestão com o violino, a eleição é ganha com o social, mas o governo é tocado com obras viárias. Até quando persistirá esse desencontro no Espírito Santo?